



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Escola Fazendária

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETIVO

A Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro inicia o presente processo licitatório objetivando a aquisição de leitores de livro digital e impressoras multifuncionais para viabilizar a premiação da 1ª Edição do Prêmio Estadual de Educação Fiscal, displicinado pela Resolução Conjunta SEFAZ/SEEDUC nº45/2022, em vias de publicação, conforme se verifica no Processo nº SEI-040089/000027/2022.

2. DA MODALIDADE E FUNDAMENTO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Por se tratar de aquisição de bens comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520/2002, o certame licitatório será realizado na modalidade **Pregão, em sua forma Eletrônica**.

2.2. O subtipo de licitação será o **menor preço por item**.

2.3. Para a presente contratação, manifesta-se a observância dos ditames da Lei Federal nº 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 31.863/02, e supletivamente, da Lei Federal nº 8.666/1993, em detrimento das disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA DEMANDA

A Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro desempenha papel fundamental para a sociedade fluminense, atuando como órgão central do Estado no tocante à administração fiscal, tributária, financeira, econômica e contábil, o qual tem por missão o provimento e gerenciamento dos recursos que viabilizam a gestão do Governo, com transparência, isenção e tempestividade, prestando contas e disponibilizando com agilidade as informações necessárias para o contínuo aperfeiçoamento do controle fiscal e social do Estado.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Escola Fazendária

Já a Escola Fazendária – EFAZ, vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro – SEFAZ/RJ, tem como missão principal proporcionar o aprimoramento contínuo de servidores para desempenho de suas atividades institucionais e seu desenvolvimento no âmbito das competências da SEFAZ/RJ, bem como promover a compreensão e a intensificação da participação social na gestão fiscal do Estado do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, propõe e implementa programas educacionais, promove ações de treinamento e aprimoramento, estimula e dissemina a produção técnico-científica e boas práticas inerentes às competências desta Secretaria, estabelece parcerias com instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas, para viabilizar sua atuação, em colaboração, e promove a educação fiscal junto à sociedade fluminense.

Por meio do Decreto estadual nº 26.023/2000 foi instituído no âmbito do Estado do Rio de Janeiro o Programa de Educação Fiscal, a fim de promover e institucionalizar a Educação Fiscal para o pleno exercício da cidadania de forma sistemática e permanente, nas escolas de ensino fundamental e médio da rede oficial e privada de ensino, nas Universidades e em todos os segmentos da sociedade.

Da mesma forma, o legislador instituiu a Comissão Mista Permanente e o Grupo de Trabalho de Educação Fiscal – GEFE-RJ que é constituído por representantes da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ, da Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC, e de órgãos envolvidos no desenvolvimento do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) no Estado, como a Receita Federal do Brasil, Controladoria Geral da União – CGU, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro – CGE-RJ, Tribunal de Contas do Estado – TCE-RJ, Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro – TCMRJ, além do Observatório Social do Brasil – Rio de Janeiro e do Instituto de Direito Coletivo - IDC.

Para a promoção da Educação Fiscal, o Estado do Rio de Janeiro segue as diretrizes estabelecidas pelo GT – 66 – Educação Fiscal, no âmbito da Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe/ICMS), e utiliza o Grupo de Educação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – GEFE-RJ.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Escola Fazendária

O respectivo grupo é o responsável pela aprovação do Projeto do Prêmio Estadual de Educação Fiscal do Rio de Janeiro¹, tornando público o regulamento de sua primeira edição na forma da Resolução Conjunta SEFAZ/SEEDUC nº 45/2022, em vias de publicação.

Neste sentido, é imperioso destacar o papel fundamental do Estado promover o acesso a educação de qualidade, sendo este o meio mais eficaz de desenvolvimento em sociedade.

Esta Premiação Estadual foi instituída com objetivo de integrar os alunos da Rede de Escolas Públicas Estaduais e o Estado, oportunizando o conhecimento das funções e importância social do tributo, como também sobre a qualidade dos gastos públicos.

A Resolução Conjunta SEFAZ/SEEDUC nº 45/2022, que se encontra em vias de publicação, estabelece a divisão do concurso em 5 categorias, sendo elas (i) Alunos do Ensino Médio e suas modalidades, (ii) Alunos do Ensino Fundamental, (iii) Alunos da EJA Ensino Fundamental, Médio e suas Modalidades, (iv) Alunos da Socioeducação e (v) Escolas.

Nesta estrutura, os alunos vencedores receberão, à título de premiação, 1 (um) leitor de livro digital e seus professores/coordenadores orientadores receberão 1 (um) leitor de livro digital, enquanto as unidades escolares vencedoras serão premiadas com 1 (uma) impressora multifuncional.

A leitura é poderosa ferramenta de ensino capaz de despertar o interesse e manter o constante desenvolvimento da aprendizagem e capacidade cognitiva. O hábito de ler estimula a criatividade, trabalha a imaginação, exercita a memória, contribui com o crescimento do vocabulário e a melhora da escrita, além de outros benefícios.

¹ Conforme consta no processo SEI-040089/000006/2022, o Prêmio Estadual de Educação Fiscal foi instituído através de Resolução SEFAZ Nº 351 de 02 de março de 2022. Ocorre que, de acordo com o constante do processo SEI-040089/000027/2022, entendeu-se que seria necessária uma revisão nos procedimentos anteriormente adotados, a fim de que, a resolução que institui o prêmio pudesse ser consolidada em conjunto, pela SEFAZ e pela SEEDUC, sendo elaborada minuta de nova Resolução e de novo Regulamento, com novas tratativas.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Escola Fazendária

Através da leitura é possível proporcionar a distribuição e acesso a diversos produtos culturais, proteger e conservar o patrimônio histórico e artístico, assim como promover a difusão da cultura brasileira e a diversidade regional.

No caso específico da utilização de dispositivos como o leitor de livro digital (e-reader) oportuniza aos alunos vencedores a aproximação com a literatura, armazenamento de diversos livros digitais, além de uma experiência de leitura sem cansar a visão, proporcionando uma leitura confortável e interativa.

Cabe ainda destacar que a extensão da premiação aos orientadores dos alunos vencedores é essencial, visto que a tecnologia da informação é um dos principais agentes de mudanças organizacionais. O leitor de livro será instrumento oportuno dentro e fora da sala de aula, trazendo acessibilidade a leitura, a inovação, conforto e oportunidade de ampliar os conhecimentos dos orientadores.

A atualização pedagógica alinhada a questões estratégicas de apoio e integração devem caminhar junto da tecnologia no cotidiano escolar, pois esses recursos vêm ampliar e impulsionar a aprendizagem.

Assim, inegável é que a aquisição de leitores de livro digitais para a premiação de alunos e seus orientadores proporcionará o acesso a ferramenta tecnológica importante e agregará conhecimento dentro e fora das salas de aula aos premiados.

Já a premiação destinada às 3 (três) melhores escolas tem como finalidade estimular o corpo docente a incentivar a participação dos alunos, e consequentemente, promover a integração entre o aluno e a escola no auxílio da compreensão das noções de Educação fiscal e gestão dos recursos Administrados pelo Estado. No mais, importa consignar a importância da integração da escola junto ao aluno participante, como forma de representação e assessoramento.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Escola Fazendária

A escolha pela impressora multifuncional se justifica diante da necessidade permanente de equipar escolas estaduais com os recursos tecnológicos atuais, garantindo a boa execução das atividades e projetos inerentes ao processo de ensino e aprendizagem, e assim, contribuindo com o desenvolvimento educacional.

Deste modo, a presente propositura se justifica pela finalidade de promover a integração e aproximação entre os alunos, a Escola e o Estado, desenvolvendo mecanismos de aprendizagem com propósito de permitir o acompanhamento da correta aplicação dos recursos materiais colocados à disposição da Administração Pública e proporcionando a imersão no efetivo exercício da cidadania através da participação no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal do Estado por meio de atividades de educação fiscal.

4. DO OBJETO

4.1. A presente contratação compreende a aquisição de leitores de livro digital e impressoras multifuncionais para subsidiar o Prêmio Estadual de Educação Fiscal do Rio de Janeiro promovido pela Secretaria de Estado de Fazenda e gerenciado pela Escola Fazendária do Estado do Rio de Janeiro.

4.2. O objeto será fornecido em **parcela única**.

5. QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

5.1. Pretende-se com a presente contratação a aquisição dos seguintes itens: 40 (quarenta) unidades de leitores de livros digitais (e-reader) e 3 (três) unidades de impressoras multifuncionais, conforme se verifica na tabela a seguir:



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Escola Fazendária

ITEM	ID SIGA	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	176004	LEITOR DE LIVRO DIGITAL (E-READER) <ul style="list-style-type: none">• Modelo que possua tecnologia para ler o formato de livros digitais: EPUB;• Modelo com capacidade de armazenamento de no mínimo 8GB;• Modelo que possua tecnologia e-Ink;• Modelo com resolução da tela de no mínimo 167 PPI ou 600X800 PIXELS;• Modelo com conectividade Wi-fi;• Modelo com possibilidade de recarregamento;• Modelo com dimensão de tela acima de 6 polegadas;	UNIDADE	40
02	175574	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL <ul style="list-style-type: none">• Modelo de impressora multifuncional jato de tinta com tecnologia tanque de tinta;• Modelo com impressão P/B (preto e branco) e colorido;• Modelo com conexão wireless e USB;• Modelo com velocidade média de impressão de 20 PPM até 33 PPM (páginas por minuto);• Modelo com velocidade média de impressão colorida de 20 PPM até 33 PPM (página por minuto);• Modelo com bandeja de entrada com capacidade de 100 folhas de papel;• Modelo com bandeja de saída com capacidade de 50 até 100 folhas de papel;• Modelo com Resolução de Impressão de 800x800 dpi até 5760x1440 dpi;• Modelo com capacidade de impressão de 4.000 até 7.500 páginas;• Papel: A4	UNIDADE	3

5.2. Registra-se que o quantitativo integrante dos itens 01 e 02 foram estimados no bojo da Resolução Conjunta SEFAZ/SEEDUC Nº 45/2022, que se encontra em vias de publicação, de acordo com parâmetros capazes de proporcionar utilização eficiente a sua finalidade.

5.3. O leitor de livro digital deverá ter sido fabricado em, no mínimo, 36 meses (trinta e seis) anteriores a data de entrega do equipamento à contratante, garantindo que não sejam obsoletos, incompatíveis tecnologicamente e não haja possibilidade de serem entregues já danificados.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Escola Fazendária

6. DA GARANTIA TÉCNICA

6.1. Os produtos da presente contratação deverão possuir garantia técnica **do fabricante** contra material defeituoso, vício oculto ou erro de fabricação, no período de 12 (doze) meses, contados da data do respectivo recebimento definitivo.

6.2. O serviço de garantia técnica deverá ser prestado por meio de AUTORIZADA.

6.3. Durante o prazo de vigência da garantia técnica, os equipamentos e acessórios que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, deverão ser reparados e/ou substituídos, sem qualquer ônus para a Contratante ou para terceiros.

6.4. O item substituto deverá ser similar ou superior (marca e modelo) ao defeituoso, e deverá atender plenamente aos requisitos mínimos constantes deste Termo de Referência.

6.5. A garantia técnica deve manter os equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, com suas características originais.

6.6. No caso do defeito do equipamento não ser sanado após o acionamento da garantia técnica pela Contratante ou pelos usuários, e de reincidência do mesmo defeito, dentro do período da garantia, a Contratada deverá substituir o produto, nos termos do art. 18, §1º, I do Código de Defesa do Consumidor.

7. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

7.1. O objeto deverá ser entregue em horário comercial, das 9h às 17h, no endereço constante à Avenida Presidente Vargas, nº 670, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ.

7.2. O responsável pelo recebimento dos produtos será a Sra. Adriana Claro Ribeiro Amaral, Diretora da Divisão de Administração da Escola Fazendária, contatada através do endereço



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Escola Fazendária

eletrônico acamara@fazenda.rj.gov.br ou do telefone (21) 2334-2837.

7.3. Os materiais e equipamentos deverão ser fornecidos de forma integral, em parcela única, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho ou ordem de fornecimento de materiais pela Contratada.

7.4. A Contratada, no prazo máximo de 03 (três) dias corridos que antecedem a data da entrega, deverá comunicar à Contratante os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.5. Caso justificada a impossibilidade de fornecimento no prazo estipulado, a Contratada gozará do prazo improrrogável de 10 (dez) dias corridos para o ato de entrega.

8. DA FORMA DE ACONDICIONAMENTO PARA A ENTREGA DO PRODUTO

8.1. Os equipamentos deverão ser novos e estar devidamente embalados, sendo entregues em perfeitas condições de uso e de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência, sem quaisquer condições que impeçam ou dificultem sua plena utilização, tais como arranhados, amassados, quebrados, entre outros, ficando o fornecedor obrigado a sua substituição quando constatada a entrega dos produtos nestas condições.

8.2. Os equipamentos deverão vir em caixa devidamente lacrada pelo fabricante, com todos os cabos e acessórios dentro de sua respectiva caixa.

8.3. Sempre que possível, os equipamentos deverão ser acondicionados em embalagens produzidas com materiais recicláveis, desde que atendam aos requisitos mínimos para transporte e o armazenamento seguros.

8.4. Deverão constar nas embalagens dos equipamentos, informação relativa à indústria fabricante, rótulo em português, lote de fabricação, nome do produto e quantidade, se aplicável.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Escola Fazendária

8.5. Os equipamentos devem estar acompanhados de manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada/credenciada, quando aplicável.

8.6. Os equipamentos deverão ser fornecidos com identidade de marca, número de polegadas, dimensão e demais especificações, a fim de garantir a padronização dos equipamentos e o tratamento isonômico na premiação.

9. DA AMOSTRA (CATÁLOGO DE PRODUTOS)

9.1. Será exigido das licitantes que apresentarem a melhor oferta o envio de catálogo de amostras de produtos dos equipamentos, em um prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação.

9.2. Os catálogos de amostras deverão ser enviados para o seguinte endereço eletrônico: pregao@fazenda.rj.gov.br.

9.3. O catálogo deverá identificar informações quanto às características dos produtos, tais como: sua marca, seu modelo, sua referência, especificações técnicas, código do produto, data de fabricação, prazo de validade (quando couber), prazo de garantia técnica, e quantidade do produto.

9.4. Os materiais e equipamentos de origem estrangeira deverão apresentar informações em língua portuguesa suficientes para análise técnica do produto.

9.5. Será rejeitado o catálogo de amostra que não atender as especificações descritas neste Termo de Referência.

9.6. Será desclassificada a proposta da empresa que tiver o catálogo de amostra rejeitado ou que não o entregar no prazo estabelecido.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Escola Fazendária

10.1. A contratação deve atender aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 7º, incisos I ao III e parágrafo único do decreto estadual nº 43.629/2012, adotando tecnologias menos agressivas ao meio ambiente e aos demais critérios, no que couber.

“Art. 7º. Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I - que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento

Parágrafo único. A administração pública poderá solicitar a certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação sob o aspecto ambiental, por qualquer instituição oficial competente ou por entidade credenciada.

10.2. Sempre que possível, os materiais e equipamentos deverão ser acondicionados em embalagens produzidas com materiais recicláveis, desde que atendam aos requisitos mínimos para transporte e o armazenamento seguros.

11. DO PRAZO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO ACEITÁVEL

11.1. O leitor de livro digital deverá ter sido fabricado em, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses anteriores a data de entrega do equipamento à contratante, garantindo que não sejam obsoletos, incompatíveis tecnologicamente e não haja a possibilidade de serem entregues danificados.

11.2. Não será exigido o atendimento de prazo de validade mínimo para o fornecimento dos materiais que compõem a presente licitação, por serem apresentados pelo mercado com prazo de validade indeterminado.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Escola Fazendária

12. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. O recebimento provisório dos equipamentos deverá ser realizado no momento da entrega, no local indicado no subitem 7.1 deste termo de referência, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta.

12.2. O recebimento definitivo será realizado em até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, após verificação da qualidade dos equipamentos.

12.3. O aceite do produto não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios de qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, mesmo se verificados posteriormente.

12.4. Se a qualidade ou característica dos objetos não corresponderem às especificações exigidas neste Termo de Referência e na Proposta, o objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, momento em que será devolvido, para que a Contratada providencie sua substituição, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a partir da notificação, às suas custas e independente da apuração de responsabilidade para a aplicação das sanções cabíveis.

13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1. Será exigida comprovação de aptidão da licitante para o fornecimento de bens pertinentes e compatíveis em características com o objeto da licitação.

13.2. A comprovação de aptidão será feita mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de Direito Público ou Privado, na forma do artigo 30, II c/c §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

13.3. Para o item 01(leitor de livro digital), o(s) atestado(s) deve(m) comprovar aptidão para fornecimento de um quantitativo de 50% (cinquenta por centos) do total dos respectivos itens



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Escola Fazendária

objeto da contratação.

13.4. Será admitido o somatório de atestados, desde que se refiram a fornecimento de objetos compatíveis com o objeto desta licitação, tendo em vista que a possibilidade de somatório de atestados é a regra administrativa, devendo ser justificada sua vedação apenas, nos moldes indicado nos Acórdão 1095/2018 e Acórdão 7982/2017, ambos do TCU, e no enunciado 39 da PGE-RJ.

13.5. O(s) atestado(s) deve(m) conter: o nome, endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio com o qual o Órgão possa valer-se para manter contato com a(s) pessoa(s) declarante(s), e a razão social e dados de identificação da instituição emitente como CNPJ, endereço e telefone.

13.6. A SEFAZ poderá realizar diligências para verificação da veracidade do(s) atestado(s) de capacidade técnica, caso em que a Licitante deverá prestar todas as informações e encaminhar todos os documentos necessários para a comprovação.

14. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

14.1. O prazo de vigência da contratação será de até 30 (trinta) dias, contados da emissão da nota de empenho ou da ordem de fornecimento dos equipamentos.

14.2. O prazo de vigência contratual não admitirá prorrogação, exceto nas hipóteses previstas no art. 57, §1º da Lei Federal n.º 8.666/93.

15. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

15.1. A contratação deverá ser executada fielmente de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do presente instrumento e da Legislação vigente, respondendo a Contratada pelas consequências da inexecução total ou parcial.

15.2. A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por representantes da



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Escola Fazendária

Administração, que serão oportunamente designados pela Superintendência de Compras e Contratos da CONTRATANTE.

15.3. Os representantes da SEFAZ, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

15.4. A Contratada declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e esclarecimentos solicitados.

15.5. A fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, nem a exime de manter fiscalização própria.

15.6. Não será aceito produto que esteja em desacordo com as especificações constantes da Proposta Detalhe da Contratada e deste Termo de Referência, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários, sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

15.7. O fiscal e o gestor de contratos deverão atentar-se ao disposto no Decreto Estadual nº 45.600/2016 e na Resolução SEFAZ Nº 401 de 24 de Junho de 2022.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

16.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Escola Fazendária

constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão, no que couber, as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e de fabricação.

16.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 18 a 25, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990).

16.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

16.5. Entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias.

16.6. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.

16.7. Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE ou terceiros.

16.8. Manter, durante toda a duração da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

16.9. A CONTRATADA, no ato da contratação, deverá possuir conta corrente no Banco Bradesco, a fim de viabilizar o pagamento pela CONTRATANTE.

16.10. É obrigação da empresa contratada suportar alteração quantitativa do objeto contratual, seja de acréscimo ou supressão, nos termos do art. 65, I, alínea “b” da Lei 8666/93.

16.11. Cumprir as demais obrigações contidas no presente Termo de Referência.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Escola Fazendária

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos e informações relativas à execução do objeto da contratação.

17.2. Ordenar correções ou substituições que se fizerem necessárias, tudo às expensas da CONTRATADA, na hipótese de qualquer irregularidade verificada durante a execução do objeto contratado.

17.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado.

17.4. Receber o objeto de forma provisória e definitiva, nas formas definidas no edital e no contrato.

17.5. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, no prazo e forma estipulados neste termo de referência.

17.6. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. **Não será admitida** a subcontratação do objeto, com exceção do transporte até o local de entrega, conforme aviso prévio a esta Administração.

18.2. No caso de subcontratação do transporte, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes objeto da subcontratação.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Escola Fazendária

19. DA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

19.1. Considerando que o objeto da futura contratação é aquisição de bens, **não será permitida** a participação de cooperativas, qualquer que seja sua forma de constituição, tendo em vista a incompatibilidade da sua natureza com o objeto desta contratação.

20. DA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

20.1. **É vedada a participação** de empresas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, haja vista que a presente contratação não apresenta dificuldades técnicas que façam com que seja inviável a sua execução por uma única empresa.

21. DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

21.1. As licitantes deverão preencher a planilha de custos e formação de preços, com os preços unitários e globais dos itens, conforme o **ANEXO B** deste Termo de Referência.

21.2. A elaboração da proposta deverá consignar obrigatória e expressamente o detalhamento de todos os elementos que formarão o preço final proposto, conforme **ANEXO C** deste Termo de Referência.

21.2.1. A proposta deverá conter:

- I.** Descrição do objeto observadas as mesmas especificações constantes do Termo de Referência, de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do item ofertado, bem como preços unitários e total detalhados em planilha, incluindo especificação de marca, procedência e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as características do objeto;
- II.** Catálogo com imagem e especificação do objeto ofertado, para análise e aprovação do setor responsável.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Escola Fazendária

22. DO PAGAMENTO

22.1. Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente do Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados pela proponente vencedora.

22.2. O pagamento será realizado à vista, em parcela única, e ocorrerá em até 30 (trinta) dias após o ateste da nota fiscal pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização Contratual.

22.3. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

22.4. O pagamento devido à CONTRATADA não excederá os valores apresentados em sua proposta comercial.

23. DA GARANTIA CONTRATUAL

23.1. A Contratada se obriga a prestar garantia, conforme esmiuça o artigo 56, §1º da Lei 8.666/93, durante toda a vigência do contrato, de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, devendo apresentar o comprovante à CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da assinatura do Termo de Contrato, em uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou título da dívida pública a ser depositada via DARJ;
- b) fiança bancária; ou
- c) Seguro-garantia.

23.2. Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Escola Fazendária

23.3. Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

23.4. O levantamento da garantia contratual por parte da Contratada, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993.

24.2. A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, aplicada de acordo com a gravidade da infração.

24.3. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento), conforme preceitua o artigo 87 do Decreto n.º 3.149/80.

24.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar-se-á o direito ao contraditório e ampla defesa.

25. DAS PROPOSTAS

25.1. As licitantes deverão preencher o modelo de proposta, com os preços unitários e globais do objeto, de acordo com o modelo constante no **Anexo C** deste Termo de Referência.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Escola Fazendária

25.2. O preço total proposto deverá considerar a consecução do objeto do presente Termo de Referência, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes.

25.3. Antes de apresentar a proposta, as licitantes deverão realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões, que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrega ou alteração de qualidade.

26. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

26.1. Adotar-se-á como critério de aceitabilidade das propostas o do **maior preço estimado por item**.

26.2. Para o julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **menor preço por item**, de acordo com o estabelecido no subitem 2.2 e 4.17, observados o Objeto e a logística definidos neste Termo de Referência.

27. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

27.1. As despesas do Programa Estadual de Educação Fiscal estão previstas no Plano de Aplicação Anual PAP 2022 do FAF, Ação 4480:

Programa de Trabalho: 2061.04.122.0473.4480

Fonte de Recursos: 100

Natureza da Despesa: 3390

28. ANEXOS

ANEXO A – Descrição dos Itens

ANEXO B – Planilha Custos e Formação de Preços



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Escola Fazendária

ANEXO C – Proposta de Preços

ANEXO D – Modelo de Ordem de Fornecimento de Materiais

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2022

Elaborado:

Rafaela Miotto de Almeida
Assistente
ID Funcional: 5114201-5

Adriana Claro Ribeiro Amaral
Diretora de Divisão
ID Funcional: 4361563-5

Aprovado por:

Katia Rebelo
Superintendente
Diretora Interina da EFAZ
ID Funcional: 284944-6



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Escola Fazendária

ANEXO A

DESCRIÇÃO DOS ITENS

ITEM	ID SIGA	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	176004	LEITOR DE LIVRO DIGITAL (E-READER) <ul style="list-style-type: none">• Modelo que possua tecnologia para ler o formato de livros digitais: EPUB;• Modelo com capacidade de armazenamento de no mínimo 8GB;• Modelo que possua tecnologia e-Ink;• Modelo com resolução da tela de no mínimo 167 PPI ou 600X800 PIXELS;• Modelo com conectividade Wi-fi;• Modelo com possibilidade de recarregamento;• Modelo com dimensão de tela acima de 6 polegadas;	UNIDADE	40
02	175574	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL <ul style="list-style-type: none">• Modelo de impressora multifuncional jato de tinta com tecnologia tanque de tinta;• Modelo com impressão P/B (preto e branco) e colorido;• Modelo com conexão wireless e USB;• Modelo com velocidade média de impressão de 20 PPM até 33 PPM (páginas por minuto);• Modelo com velocidade média de impressão colorida de 20 PPM até 33 PPM (página por minuto);• Modelo com bandeja de entrada com capacidade de 100 folhas de papel;• Modelo com bandeja de saída com capacidade de 50 até 100 folhas de papel;• Modelo com Resolução de Impressão de 800x800 dpi até 5760x1440 dpi;• Modelo com capacidade de impressão de 4.000 até 7.500 páginas;• Papel: A4.	UNIDADE	3



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Escola Fazendária

ANEXO B
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	LEITOR DE LIVRO DIGITAL (E-READER) <ul style="list-style-type: none">• Modelo que possua tecnologia para ler o formato de livros digitais: EPUB;• Modelo com capacidade de armazenamento de no mínimo 8GB;• Modelo que possua tecnologia e-Ink;• Modelo com resolução da tela de no mínimo 167 PPI ou 600X800 PIXELS;• Modelo com conectividade Wi-fi;• Modelo com possibilidade de recarregamento;• Modelo com dimensão de tela acima de 6 polegadas;	Unidade	40	R\$	R\$
2	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL <ul style="list-style-type: none">• Modelo de impressora multifuncional jato de tinta com tecnologia tanque de tinta;• Modelo com impressão P/B (preto e branco) e colorido;• Modelo com conexão wireless e USB;• Modelo com velocidade média de impressão de 20 PPM até 33 PPM (páginas por minuto);• Modelo com velocidade média de impressão colorida de 20 PPM até 33 PPM (página por minuto);• Modelo com bandeja de entrada com capacidade de 100 folhas de papel;• Modelo com bandeja de saída com capacidade de 50 até 100 folhas de papel;• Modelo com Resolução de Impressão de 800x800 dpi até 5760x1440 dpi;• Modelo com capacidade de impressão de 4.000 até 7.500 páginas;• Papel: A4.	Unidade	3	R\$	R\$



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Escola Fazendária

ANEXO C
MODELO DE PROPOSTA

À Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro - SEFAZ-RJ

Pregão eletrônico nº

Processo Administrativo nº

Identificação da Empresa:

Razão Social:

CNPJ:

Inscrição estadual:

Inscrição municipal:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

Dados da conta bancária:

Banco:

Agência:

Conta corrente:

Por intermédio de seu representante legal, para os fins do Pregão Eletrônico nº _____, vem apresentar a seguinte proposta de preço referente ao objeto especificado no Edital e seus anexos, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes no Termo de Referência:

Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
	Unidade		R\$	R\$



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Escola Fazendária

VALOR DA PROPOSTA	R\$
-------------------	-----

Valor da proposta por extenso:

Prazo de pagamento da taxa administrativa: Até 30 (trinta) corridos após o atesto da nota fiscal.

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, a contar da data de apresentação.

_____, ____ de _____ de 202__.

Proponente – Assinatura do responsável

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ

(dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Escola Fazendária

ANEXO D

MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO					
Nº:		Unidade requisitante:			
Data de emissão: / /					
Processo nº:					
Local de entrega					
IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA					
Razão social:				CNPJ:	
Endereço:					
Telefone:			E-mail:		
DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO					
Item	Objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
				R\$	R\$
				R\$	R\$
Total				R\$	R\$

RECURSOS FINANCEIROS	
Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de fornecimento serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:	
Unidade Orçamentária:	
Função Programática:	
Projeto de Atividade:	
Elemento de Despesa:	
Fonte de Recurso:	
Saldo Orçamentário:	

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

Nome
ID funcional nº